



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC  
Proc. Nº \_\_\_\_\_  
Fls. Nº \_\_\_\_\_

**ACÓRDÃO Nº 646/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE nº 2230/2012 (7 vols.).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anuais.
- 3- **Objeto:** Prestação de Contas Anuais da Câmara Municipal de Coari, exercício de 2011.
- 4- **Responsável:** Sr. Iranilson da Silva Medeiros, Presidente.
- 5- **Unidade Técnica:** DICOP – Relatório Conclusivo nº 102/2015 (fls. 1308/1310) e DICAMI – Informação nº 98/2016 (fls. 1316/1317).
- 6- **Pronunciamento do Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 626/2016-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fl. 1323/1324).
- 7- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anuais.

*Contas Irregulares. Multas. Alcance. Prazo. Determinação à origem. Remessa autos à DICREX*

**8- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM**, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, V, da C.E/89, arts. 1º, VIII, IX e XVI, 32, IV e o art. 7º, II, da Lei nº 2423/96, c/c os arts. 5º, XVI art.15, I, d, VI e 186, § 3º, III da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

**8.1- Julgar IRREGULAR a prestação de Contas** do Sr. Iranilson da Silva Medeiros, Presidente à época e Ordenador de Despesas da **Câmara Municipal de Coari**, nos termos do inciso I do art. 1º, das alíneas b e c do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei estadual nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades 01; 02; 03; 05; 06, “a”, “b”, “c” ; 07, “d”; 08; 10, “a”, “d”; 11, “a”; 12; 13; 16; 17; 19; 20; 24; 26; 27; 28; 29; 33; 34; 35; 36; 37; 38; 39; 40; 42; 44; 45 e 46 da Notificação nº 001/2012-DICAMI e 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.1.4; 1.2.1; 1.2.2; 1.2.3; 1.2.4; 1.2.5; 1.3.1; 1.3.4; 1.3.5; 1.3.6 da Notificação nº 001/2012-DICOP);

**8.2- Considerar em ALCANCE o Sr. Iranilson da Silva Medeiros**, ex-Presidente e Ordenador de Despesa, no montante total de **R\$ 1.242.132,12** (um milhão, duzentos e quarenta e dois mil, cento e trinta e dois reais e doze centavos), nos termos do artigo 304, I, da Resolução nº 04/2002-RITCE:

**a)** no montante de **R\$ 832.472,37** (oitocentos e trinta e dois mil, quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e sete centavos) em razão de quantias não comprovadas (restrição nº 03);

**b)** no montante de **R\$ 40.000,00** (quarenta mil reais), em razão da ausência de Nota Fiscal do valor pago (restrição nº 6, item “b”);

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTASTRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC  
Proc. Nº \_\_\_\_\_  
Fls. Nº \_\_\_\_\_**ACÓRDÃO Nº 646/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**c)** no montante de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais) em decorrência da ausência de comprovação do recolhimento de ISS (restrição nº 6, item “c”);

**d)** no montante de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) por despesas realizadas em imóvel de terceiros (restrição nº 13);

**e)** no montante de **R\$ 77.027,30** (setenta e sete mil, vinte e sete reais e trinta centavos) em razão de despesas com juros e multas por atrasos de recolhimento de contribuições previdenciárias (restrição nº 17);

**f)** no montante de **R\$ 278.038,45** (duzentos e setenta e oito mil, trinta e oito reais e quarenta e cinco centavos) em decorrência da ausência de recolhimento das consignações ao COARIPREV e à Prefeitura de Coari (restrição nº 22 e 41);

**g)** no montante de **R\$ 6.094,00** (seis mil e noventa e quatro reais) em decorrência de obras e serviços de engenharia não identificados pelo Departamento de Engenharia desta Corte (irregularidade 1.3.4; 1.3.5; 1.3.6 da Notificação nº 001/2012-DICOP).

**8.3- Considerar em ALCANCE o Sr. Orni Lima de Oliveira** (representante da empresa Oliveira e Costa Construções LTDA), responsável solidariamente com o gestor e ordenador de despesas da Câmara de Coari, exercício de 2011, no montante de **R\$ 6.094,00** (seis mil e noventa e quatro reais), nos termos do art. 22, III, alíneas “c” e “d” c/c § 2º, alínea “b” da Lei estadual nº 2.423/96, em decorrência de recebimentos por serviços não executados (irregularidades constantes nos itens 1.3.4; 1.3.5 e 1.3.6 da Notificação nº 002/2012-DICOP).

**8.4- Aplicar multa ao Sr. Iranilson da Silva Medeiros**, Presidente à época e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Coari, exercício de 2011:

**a)** no valor de **R\$ 3.226,68** (três mil, duzentos e vinte e seis reais e sessenta e oito centavos) (806,67 x 4 meses), na forma do inciso II do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado pela Resolução nº 1/2009, à época em razão de inobservância de prazos legais para remessa ao Tribunal, por meios informatizado, de balancetes, balanços, informações, demonstrativos contábeis ou quaisquer outros documentos solicitados (irregularidades 02 e 12, item “c”);

**b)** no valor de **R\$ 32.267,08** (trinta e dois mil, duzentos e sessenta e sete reais e oito centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado pela Resolução nº 1/2009, à época, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades 01, 05; 06, item “a” e “c”; 07, item “d”; 08, 10, item “a” e “d”; 11, item “a”; 16; 17; 19; 20; 24; 26; 27; 28; 29; 33; 34; 35; 36; 37; 38; 39; 40; 42; 44; 45; 46 da Notificação nº 001/2012-DICAMI e irregularidades 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.1.4; 1.2.1; 1.2.2; 1.2.3; 1.2.4; 1.2.5; 1.3.1 da Notificação nº 001/2012-DICOP);

**c)** no valor de **R\$ 3.226,70** (três mil, duzentos e vinte e seis reais e setenta centavos), nos termos da alínea “b” do inciso I do art. 308 do RI-TCE/AM, com base no valor disciplinado pela Resolução nº 1/2009, à época, em razão de sonegação de documento na inspeção *in loco* (irregularidade nº 30 da Notificação nº 001/2012-DICAMI).

**8.5- Aplicar multa ao Sr. Orni Lima de Oliveira** (representante da empresa Oliveira e Costa Construções LTDA), responsável solidariamente com o



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC  
Proc. Nº \_\_\_\_\_  
Fls. Nº \_\_\_\_\_

**ACÓRDÃO Nº 646/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

gestor e ordenador de despesas da Câmara de Coari, exercício de 2011, no valor de **R\$ 32.267,08** (trinta e dois mil, duzentos e sessenta e sete reais e oito centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado pela Resolução nº 1/2009, à época, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.1.4; 1.2.1; 1.2.2; 1.2.3; 1.2.4; 1.2.5; 1.3.1 da Notificação nº 001/2012-DICOP);

**8.6- Determinar à origem**, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM:

**a)** que seja advertida quanto ao novo limite do subsídio dos Vereadores, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 12 de 17/11/2009 (restrição nº 04)

**b)** que providencie a ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, dos dados e informações estabelecidas nos arts. 48 e 49-A, da Lei Complementar nº 101/2000 (restrição nº 05);

**c)** que exija dos credores a regular comprovação documentos do recolhimento do Imposto sobre Serviços nos casos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar 116/03 e nas alíquotas dispostas na Lei Municipal 339/98. Antes de efetuar o pagamento pelos serviços prestados (restrições 06,07 e 11);

**d)** que não realize pagamentos em espécie aos credores (restrição nº 07);

**e)** que faça constar nos processos de pagamento tanto a Ordem Bancária como os cheques ou outro comprovante bancário (restrição nº 11)

**f)** que inclua a nota de empenho respectiva, com indicação do montante, tipo de empenho, nas cláusulas contratuais que dispõem sobre o crédito pelo qual ocorrerá a despesa, a fim de que seja cumprido o estabelecido no §1º do art. 1º da lei Complementar Federal 101/00 c/c art. 30, do decreto federal nº 93.842/1986 (restrição 14);

**g)** que faça constar nos processos administrativos de locação de veículos a relação de veículos ser utilizado antes da execução dos contratos, a fim de que seja observado o princípio da transparência, estabelecido no §1º do art. 1º da Lei Complementar federal nº 101/00 (restrição 15);

**h)** que a emissão de qualquer nota de empenho observe seu pleno preenchimento na forma do art. 61 da Lei federal 4.320/64 (restrição 31).

**8.7- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor das multas impostas, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução nº 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei 2.423/96);

**8.8- Remeter os autos à DICREX**, após a coisa julgada administrativa, para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução.

**9- Ata:** 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**10- Data da Sessão:** 02 de agosto de 2016.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**ACÓRDÃO Nº 646/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**11- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

**11.1-Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente, em substituição

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral